

“Sobre bonecas e carrinhos”; deconstruindo as categorias “feminino” e “masculino” no passado

Andrés Zarankin
Melisa Anabella Salerno

1 Introdução

Basta observar as ilustrações que acompanham a maioria dos livros sobre pré-história geral ou os papéis desempenhados por homens e mulheres em qualquer filme sobre um passado distante, para perceber que as representações sobre a organização dos gêneros através da história parecem ter sido sempre as mesmas. As mulheres são mostradas como criaturas frágeis, dóceis, fiéis e românticas, que passam a maior parte das suas vidas dentro do lar (sejam cavernas, palácios ou casas). Geralmente, as mulheres são caracterizadas pelas obrigações domésticas, criação dos filhos e satisfação dos seus maridos. Enquanto isso, os homens - fortes, ativos e pragmáticos - aparecem ocupados com a subsistência do grupo, desenvolvendo diversas atividades fora do lar.

É evidente que a naturalização dos modelos modernos de organização social no passado tem um profundo impacto no presente. Um de seus efeitos consiste na legitimação de determinados modelos como tipos ideais, universais e corretos. Levando em conta essa perspectiva, a manipulação e o controle da reconstrução do passado representam um dispositivo para a dominação masculina e a imposição de um modelo hegemônico branco, machista e heterossexual (BOURDIEU, 1998). Partin-

do dessa ideia, deveríamos nos perguntar como uma mulher (mesmo que tenhamos que discutir o que se entende por esse modelo) poderia se tornar independente ou assumir os papéis reservados aos homens.

Neste trabalho, traçamos um panorama geral dos estudos em arqueologia que - desde a década de 1980 - criticaram essas construções do passado, com o propósito de analisar, especificamente, as contribuições feitas pela denominada “arqueologia de gênero”. Deste modo, em primeiro lugar, discutimos as condições de surgimento deste campo de estudo, destacando suas múltiplas conexões com o movimento feminista. Levando em conta a interdisciplinaridade desse campo, apresentamos diversos conceitos básicos que acabaram guiando as análises de gênero nas últimas décadas. Na segunda parte do trabalho, analisamos as características dos estudos de gênero na arqueologia. Neste sentido, apontamos diversas críticas sobre as construções androcêntricas do passado, assinalando suas causas e efeitos no âmbito acadêmico e social. Posteriormente, analisamos as propostas metodológicas desenvolvidas para estudar as relações de gênero ao longo do tempo. Por último, explicitamos a relevância e o potencial que possuem esses trabalhos na arqueologia.

2 Estudos de gênero: fundamentos conceituais

Apesar das reivindicações feministas possuírem uma longa história (SPENCER-WOOD, 1999), foi a partir das décadas de 1960 e 1970 que se produziu uma verdadeira reformulação dos seus enfoques teóricos e sua agenda política. A terceira onda do feminismo (*third-wave femisim*) surgiu como resposta às propostas feministas anteriores. Por um lado, criticou a crença na universalidade das experiências femininas e se distanciou dos modelos que buscavam generalizar a realidade das mulheres

ocidentais de classe média diante da dominação masculina. Por outro lado, a terceira onda do feminismo estimulou as demandas de diversos grupos marginalizados, como os homossexuais. Este movimento desenvolveu-se em um contexto de crescente crítica social, preocupação com os direitos humanos e respeito pela diversidade (FUNARI; ZARANKIN, 2006).

Os trabalhos de gênero surgiram, neste contexto, como parte dos estudos culturais (*cultural studies*) desenvolvidos pela Inglaterra e pelos Estados Unidos em distintas instituições acadêmicas. O gênero constitui uma categoria de análise própria das ciências sociais que se refere à construção cultural dos papéis e das identidades sexuais, independente das diferenças biológicas. O surgimento da análise de gênero na Arqueologia remonta, praticamente, à mesma época. No entanto, somente na década de 1980 foi que esses trabalhos adquiriram força. A partir daí, multiplicaram-se os projetos de estudo sobre a temática, as publicações em revistas e livros, as apresentações em palestras especializadas e as discussões e seminários nas agendas universitárias.

Até o momento, a Arqueologia não propôs grandes marcos conceituais para a análise de gênero no passado (HILL, 1998). Da mesma forma, um número significativo dos trabalhos sobre gênero na disciplina não explicita os modelos teóricos sobre os quais sua análise se desenvolve (VOSS, 2006). Apesar disso, os registros dos pressupostos adjacentes nesses trabalhos permitem compreender que a maior parte deles fundamenta suas discussões a partir de propostas geradas por outras áreas das ciências humanas. Entre essas, a Antropologia e a Filosofia contam com um lugar privilegiado. Fica evidente que a noção de interdisciplina, entendida como um intercâmbio de informações e procedimentos que não necessitam de categorias próprias de cada ciência (GIANELLA, 1995), tornou-se relevante. Se a Arqueologia é o estudo das pessoas através da cultura material (objetos, construções, entre outros), as materialidades representam uma

categoria de análise indispensável para esta disciplina.

Deixando de lado suas diferenças, a maior parte das investigações sobre gênero nas ciências humanas centrou seu interesse na definição de diversos conceitos operacionais. As maneiras de definir o sexo, o gênero e suas relações se transformaram notavelmente ao longo do tempo (DELLE, 2000). Entretanto, as principais propostas teóricas elaboradas pelas ciências humanas discutiram esses termos em função de dois conceitos centrais: natureza e cultura. Neste artigo, procuramos descrever os três modelos sobre gênero mais frequentemente empregados por arqueólogos em seus estudos. Resumidamente, o primeiro modelo entende que o gênero corresponde à materialização das diferenças presentes no sexo biológico; o segundo coloca o gênero como uma elaboração cultural diferente do sexo natural sobre o qual se impõe; o terceiro modelo considera que tanto o sexo como o gênero são construções culturais atravessadas pelo discurso (Figura 1).

Tradicionalmente, em nossa sociedade o gênero foi assimilado ao sexo. Desta maneira, os atributos de mulheres e homens foram explicados mediante diferenças perceptíveis na constituição biológica de seus corpos. De modo geral, as diferenças registradas foram empregadas para legitimar as desigualdades entre os gêneros. Como as características que definiam mulheres e homens encontravam-se supostamente fundadas no mundo natural, o gênero foi entendido como um fenômeno universal e trans-histórico. Com o passar do tempo, os estudos em arqueologia criticaram essa concepção. Seguindo esta idéia, diversos investigadores propuseram que a identificação de sexo e gênero respondia a uma ideologia dominante com uma longa genealogia (SPENCER-WOOD, 1999), que no caso do Ocidente teria sido naturalizada pela filosofia, religião e pela ciência (ou seja, por discursos raramente questionados na vida cotidiana).

Durante a década de 1970, a antropologia começou a diferenciar os conceitos de sexo e gênero. Desta forma, estabeleceu

que o sexo compreendia as diferenças biológicas entre os corpos de mulheres e homens, enquanto o gênero correspondia a uma redefinição cultural dessas diferenças. Por esse motivo, era possível cobrar distintas expressões em diferentes contextos socio-culturais. Os mecanismos pelos quais o gênero se impunha sobre o sexo denominaram-se "sistema sexo/gênero" (RUBIN, 1975). Barbara Voss (2006) apontou que a distinção entre sexo e gênero foi importante para a arqueologia. Se o gênero era definido como uma construção, ele mesmo possuía uma história que poderia ser estudada. Seguindo esta linha, deveríamos acrescentar que se o gênero contava com uma história, ele possuía um caráter contingente. A possibilidade de registrar mudanças nas relações de gênero teve um significado especial para os arqueólogos comprometidos com o movimento feminista.

Apesar das suas contribuições, o sistema sexo/gênero foi alvo de diversas críticas. Na década de 1990, uma nova proposta foi elaborada. Neste contexto, Judith Butler (2005) considerou que o sexo e a natureza não faziam parte de uma esfera inteligível, pré-social e pré-discursiva sobre as quais se davam os significados culturais de gênero. Ao ser substituído por esses sentidos, o sexo representaria uma fantasia à qual não se tinha acesso direto. Entretanto, a existência do conceito de sexo permite que o Ocidente mantenha a integridade de sua matriz heterossexual, **permitindo expulsar o desprezível, mantendo-o como seu exterior constitutivo**. Butler (2005) considera que as categorias de sexo e gênero são igualmente produzidas mediante o discurso. Consequentemente, entende-se que o sexo é o resultado da reiteração ou citação de atos e gestos anteriores. Nestas performances é que se materializam os corpos e o poder da norma (FOUCAULT, 2002).

O modelo proposto por Butler possibilita empregar novos marcos de trabalho na arqueologia. Como aponta Alberti (1999, 2001), a tese da *performatividade* permite supor que no passado existiram sociedades que não levaram em conta a divisão sexo/

gênero que caracteriza a civilização ocidental. Atualmente, existem diversas críticas a essa proposta. Entre elas, destacam-se a falta de consideração da materialidade em relação à discursividade, e da experiência em relação à significação dos corpos (VOSS, 2006).

Sexo = Gênero (Biológico = Cultural)
Sexo ≠ Gênero (Biológico ≠ Cultural)
Sexo = Gênero (Cultural = Cultural)

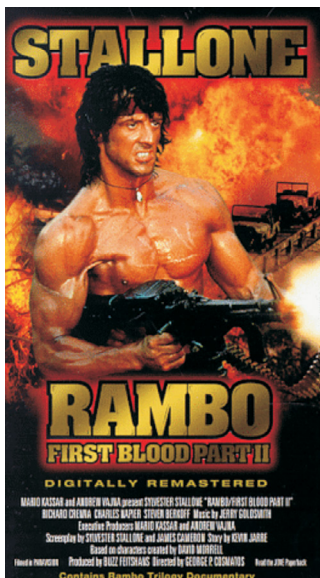
Quadro 1 – Síntese da relação entre sexo e gênero nas ciências humanas:

As identidades de gênero acabam por fazer parte do que chamamos de “senso comum”. Em nossa sociedade, essas identidades encontram-se atravessadas por discursos dominantes sobre a supremacia masculina. Esses modelos distinguem iden-



Figura 1 – Meg Ryan em “Mensagem para você” (1998).

Fonte: <<http://www.coadjuvante.com/tag/meg-ryan/>>.



tidades femininas e masculinas, associando-as a atributos e valorações contrapostos (Figura 2). O mundo masculino é associado aos traços ativos, agressivos, fortes, seguros, independentes, públicos, racionais; enquanto isso, a esfera feminina é vinculada a traços passivos, delicados, débeis, inseguros, dependentes, privados e emocionais. Este ordenamento binário encontra-se sustentado por ideias machistas e sexistas¹ que apresentam relações estreitas com o primeiro modelo sobre sexo e gênero analisado.

Figura 2 – Cartaz do filme “Rambo: First Blood – Part II” (1985).

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Rambo_II>.

Feminino	Masculino
Passiva	Ativo
Delicada	Agressivo
Débil	Forte
Insegura	Seguro
Dependente	Independente
Privado	Público
Emocional	Racional

Figura 1 – Características femininas e masculinas assumidas pelos modelos tradicionais da sociedade ocidental.

3 Arqueologia de gênero

A arqueologia de gênero surgiu na década de 1980, associada ao sucesso do movimento feminista, à transformação dos paradigmas hegemônicos da disciplina e a uma visão crítica crescente dos enfoques positivistas que descobriam um passado verdadeiro. Com o surgimento de uma arqueologia interpretativa (uma corrente teórica pós-moderna), a disciplina se redefiniu como uma construção cultural. Assim, demarcou que não existia um passado único e real, e sim passados subjetivos múltiplos (SHANKS; TILLEY, 1987), que permitem “democratizar” a construção da história das pessoas (FUNARI, 1995/1996; FUNARI; ZARANKIN, 2006). Os restos materiais analisados pela arqueologia são produto de indivíduos e grupos. Consequentemente, torna-se possível que todos eles alcancem visibilidade e legitimidade no presente. Esses grupos não incluem apenas membros dos setores dominantes (por exemplo, os homens), mas também pessoas “sem história” (WOLF, 1982), como as mulheres e as minorias de gênero (WALL, 2000).

A princípio, a arqueologia de gênero elaborou uma crítica aos pressupostos androcêntricos estabelecidos na disciplina. Desse modo, procurou-se reivindicar o lugar das mulheres e das minorias de gênero na construção do passado, denunciando um modelo centrado exclusivamente no homem. Exploraremos, neste texto, dois momentos determinantes na história da arqueologia de gênero: a revisão crítica dos discursos gerados pela disciplina, e o desenvolvimento de modelos teórico-metodológicos que oferecem a possibilidade de se estudar a diversidade das expressões de gênero por meio do registro arqueológico.

4 Revisão crítica dos discursos gerados pela disciplina

A maior parte dos trabalhos sobre gênero, em arqueologia, buscou por em evidência os cortes androcêntricos que caracterizaram a disciplina. Alguns investigadores tentaram demonstrar que tradicionalmente a reconstrução do passado se realizou em torno da figura dos homens, ignorando ou minimizando a visibilidade das mulheres e de outros grupos. Estas circunstâncias se encontraram estreitamente vinculadas aos pressupostos machistas dos discursos do senso comum, aos modelos teórico-metodológicos utilizados pela disciplina e às posições de autoridade ocupadas por arqueólogos homens no círculo acadêmico. Ao estarem dominados pela presença masculina, os trabalhos em arqueologia não consideraram as relações de gênero como uma variável de estudo relevante. Por isso, não reconheceram seu papel na estruturação social (DELLE, 2000) e seu caráter mutante ao longo do tempo.

5 A teoria do mito original

Cada sociedade conta com suas próprias histórias para explicar seu passado, legitimando uma determinada organização das coisas no presente (em geral, de caráter mítico-religioso). No caso do mundo ocidental, essas narrativas vieram das religiões judaico-cristãs. De acordo com o relato de Adão e Eva, Deus criou o homem à sua imagem e semelhança. A mulher apareceu posteriormente. Foi criada como uma companheira, a partir de uma costela do homem. Essa história sobre a origem da humanidade coloca o homem em uma posição de superioridade em relação à mulher, e por seu caráter religioso (portanto, único), foi raramente questionada durante séculos.

A partir das transformações geradas pelo iluminismo e

pelo capitalismo, os discursos religiosos foram criticados e colocados em um plano mítico (logo, distinto do real). O pensamento científico e racional se transformou no paradigma da sociedade civilizada. A crise do sistema de explicação religioso criou um vazio que foi preenchido com novos discursos. Nesse contexto, se desenvolveram diversas disciplinas baseadas nas ciências naturais e exatas. Elas tinham o objetivo de legitimar uma nova visão do passado e, conseqüentemente, uma nova realidade, uma nova dominação e um novo sistema de poder. Esta busca está diretamente relacionada ao surgimento formal da História e da Arqueologia (além da Antropologia e da Sociologia) como disciplinas acadêmicas, durante o século XIX (o momento no qual estava se consolidando o capitalismo como sistema hegemônico mundial).

Ao longo do tempo, os discursos “científicos”, aparentemente “objetivos” e “apolíticos”, contribuíram para a construção e naturalização de uma sociedade burguesa de traços assimétricos, brancos e machistas (DÍAZ-ANDREU; SORENSEN, 1998). A partir de observações supostamente empíricas, a ciência procurou mostrar e validar a superioridade masculina através da história. A arqueologia estudou tradicionalmente as sociedades do passado em seu conjunto, já que considerou que os indivíduos eram metodologicamente inacessíveis (POLITIS, 1999). Ao não contemplar a diversidade de grupos em uma sociedade (BARRETT; 1988), os arqueólogos entenderam que a cultura material era resultado exclusivo das atividades desenvolvidas pelos homens. Durante muito tempo, a disciplina esteve interessada em explicar grandes variáveis analíticas na organização social (econômicas e políticas, entre outras) (WYLIE, 1991). O etnocentrismo e o androcentrismo apontaram que estas estavam dominadas pela presença masculina. Enquanto essas variáveis contavam com visibilidade, os vestígios de outras atividades de menor escala eram dificilmente identificáveis (por exemplo, os desenvolvidos pelas mulheres).

Atualmente, esses discursos científicos fazem parte do senso comum. Eles se encontram presentes no processo de socialização das crianças – incluindo os futuros arqueólogos. Um exemplo claro disso foi a série “Era uma vez... o homem” (*Il était une fois... l’Homme*), criada na França em 1978, por Albert Barillé, com o assessoramento de antropólogos, pedagogos e arqueólogos. O caráter androcêntrico da produção está evidente em vários aspectos. Em primeiro lugar, o título da série utiliza o termo “homem” como sinônimo de humanidade. Dessa maneira, torna invisível a presença das mulheres ao empregar uma simples convenção linguística (SPENCER-WOOD, 1999). Em segundo lugar, a apresentação da série mostra um único protagonista homem (e nenhuma mulher), atravessando distintas etapas do desenvolvimento histórico. Por fim, vários capítulos mostram homens e mulheres desempenhando papéis claramente diferenciados. Eles simplesmente reproduzem estereótipos modernos



Figura 3 – Cartaz do seriado “Érase una vez... el hombre”

Fonte: <www.youtube.com/watch?v=EyvUTWZC0xQ>.

da sociedade ocidental. Por exemplo, os episódios destinados à pré-história mostram mulheres que participam das atividades vinculadas à reprodução e nutrição (cuidando de crianças, preparando alimentos); e homens em tarefas associadas à provisão e proteção (fabricantes de ferramentas, caçadores, entre outros).



Figura 4 – Imagens da apresentação da série “Era uma vez... o homem” (1978).

Fonte: <http://images.google.com.br/images?hl=pt-BR&source=hp&q=Erase+una+vez...+el+hombre&um=1&ie=UTF-8&ei=HfbASv-iIMywuAe5y9TODQ&sa=X&oi=image_result_group&ct=title&resnum=4>.



Figura 5 – Imagens dos episódios 2 e 3 da série “Era uma vez... o homem” (1978)¹.

Fonte: <http://images.google.com.br/images?hl=pt-BR&source=hp&q=Erase+una+vez...+el+hombre&um=1&ie=UTF-8&ei=HfbASv-iIMywuAe5y9TODQ&sa=X&oi=image_result_group&ct=title&resnum=4>.

Esses discursos têm um impacto na visão de mundo das crianças. Com o objetivo de ilustrar essa afirmação, decidimos analisar de que maneiras uma turma de quarta série (crianças de 9 anos) representou as atividades que eles acreditavam que homens e mulheres desenvolviam na pré-história¹. Assim como o que foi abordado no caso da série "Era uma vez... o homem", observou-se, na totalidade dos desenhos, uma clara divisão nas tarefas de homens e mulheres. Em várias ocasiões, as mulheres foram representadas próximas a fogões que remetiam ao âmbito doméstico e ao lugar de preparação de alimentos. Frequentemente esse ambiente foi desenhado distante do contexto onde apareciam os homens. Em outros casos, as mulheres foram desenhadas perto de crianças pequenas, reforçando sua associação com a reprodução, a maternidade e a família. Por fim, algumas crianças desenharam as mulheres em atitudes passivas, sem nenhum tipo de conexão com alguma atividade (pode-se inferir a partir da cultura material, ou seus gestos e posturas). Além das atividades representadas, a identificação das mulheres também se definiu por sua aparência: os cabelos compridos, a cor de seus vestidos (por exemplo, o rosa) e os enfeites que cobriam o busto constituíam alguns dos elementos constantemente apresentados nos desenhos.

No que diz respeito aos homens, todos os desenhos os mostraram diretamente associados à provisão de alimentos (caça, pesca), seja pela presença de lanças e flechas em suas mãos ou por sua proximidade a animais perseguidos. Como no caso das mulheres, a identificação dos homens depende das atividades às quais se encontram vinculados e de sua aparência: peitoral nu e cabelos curtos. Claramente, as crianças já internalizaram alguns discursos básicos do senso comum sobre o passado. A eles se agrega a naturalização das normas de sua própria sociedade, que são levadas ao passado por serem consideradas as únicas formas de vida possíveis.



Figuras 6 – Representações de mulheres e homens na pré-história realizadas por crianças de nove e dez anos.
Fonte: Crianças de 9 e 10 anos.

Paralelamente, na prática arqueológica as relações de gênero se encontram fortemente marcadas. No imaginário coletivo, a representação do arqueólogo se reflete na imagem de Indiana Jones. Não é coincidência que esse herói criado no início da década de 1980 por George Lucas e Steven Spielberg, seja um homem branco, de idade mediana, deixando claro que a arqueologia é uma atividade masculina. Também não chama a atenção que a protagonista de Tomb Raider, Lara Croft (criada em 1993 pela

empresa inglesa de videogames core Design), represente uma arqueóloga com traços tipicamente masculinos para o imaginário ocidental (desprezando, obviamente, suas formas físicas): determinação, inteligência, destreza física, valentia, agressividade. Apesar da protagonista ser mulher, o filme acaba reforçando o caráter masculino da disciplina, já que não se trata de qualquer mulher, mas de uma que se parece com um homem.



Figuras 6 e 7 – Representações do arqueólogo presentes no imaginário coletivo, e estimuladas pela indústria cinematográfica. Na foto à esquerda, mostra-se a imagem de Indiana Jones, na da direita, a de Lara Croft em Tomb Raider.

Fonte: <www.imdb.com/title/tt0367882><http://images.google.com.br/images?hl=pt-BR&source=hp&q=Tomb+raider&um=1&ei=UTF-8&ei=pPnASpqdL46MuAeUivHODQ&sa=X&oi=image_result_group&ct=title&resnum=12>.

Claasen (2000) também aponta que desde finais do século XIX a Arqueologia foi pensada como uma esfera exclusivamente masculina. Os desafios físicos do trabalho de campo e as dificuldades intelectuais associadas às investigações pareciam confirmar tal ideia. Conseqüentemente, as mulheres deveriam adquirir atributos masculinos para participar da disciplina. Contudo, o machismo e a homofobia buscaram minimizar suas potencialidades no es-

paço acadêmico e num contexto social mais amplo. Atualmente, é interessante que, apesar de grande parte dos profissionais em arqueologia serem mulheres, o poder se encontra distribuído de forma desigual entre eles, estando mais nas mãos dos homens (o que pode ser constatado, por exemplo, em cargos gerenciais em institutos de ensino e investigação, em cargos de professores em universidades, na organização de jornadas e congressos e na apresentação de dissertações de mestrado). Isso parece ser especialmente preciso no contexto latino americano, herdeiro de uma tradição fortemente “paternalista”. Felizmente, essas circunstâncias parecem estar experimentando algumas mudanças.

6 Construção de linhas teóricas úteis para estudar a presença das mulheres no registro arqueológico

A partir da década de 1990, o objetivo da arqueologia de gênero foi elaborar propostas teórico-metodológicas que permitissem tornar visíveis na história as mulheres e outros grupos de gênero. Neste contexto, diversos investigadores destacaram as frequentes inadequações de numerosos trabalhos em Arqueologia. Apontaram os preconceitos sobre os quais os estudos se encontravam sustentados (por exemplo, o papel passivo e secundário das mulheres na sociedade). Diversos arqueólogos consideraram que o enfoque androcêntrico não só tinha lugar durante o desenvolvimento das interpretações como também ao longo de todo o processo de investigação; ou seja, desde o momento da escavação (POLITIS, 2001).

Não existe uma forma simples de encontrar as mulheres nos registros arqueológicos, tampouco uma forma simples de encontrar os homens, mas, ainda assim, não conhecemos o tipo de organização de gênero que tinha o grupo ou a sociedade pesquisada. De qualquer forma, muitas atividades atribuídas

a gêneros distintos foram supostas pelos investigadores sem que estivessem analiticamente demonstradas. Como mencionamos anteriormente, alguns destes pressupostos representaram projeções dos próprios etnocentrismo e androcentrismo dos arqueólogos. Em outras ocasiões, foram resultado de aplicações de analogias etno-históricas e etno-arqueológicas no passado. A partir dessas ideias, alguns investigadores reconheceram que a análise de gênero requeria a utilização de múltiplas linhas de evidências para compreender as relações sociais do passado (HILL, 1998). Somente dessa maneira se poderia levar em conta as particularidades históricas que definem cada contexto de estudo (BARRETT, 1988).

Conscientes das limitações metodológicas, os estudos de gênero reivindicaram que o trabalho dos arqueólogos não consiste apenas em estabelecer relações entre determinados restos materiais e grupos. Nesse sentido, a divisão entre mulheres e homens não constitui uma forma natural de diferenciação que deve ser descoberta pelos arqueólogos no passado. É, ainda, válido recordar que não existe uma correlação direta entre a cultura material e os grupos sociais. Diante dessas circunstâncias, o benefício para a Arqueologia reside na possibilidade de formular novas perguntas e formas de contemplar os dados arqueológicos. A partir dessa perspectiva, os arqueólogos têm demonstrado que o gênero – como outras expressões de identidade – consiste num processo dinâmico e mutável, que se encontra em constante negociação (BARRETT, 1988; AGOSTINI, 1999; MESKELL, 2001). Dessa forma, o gênero não só mostra variações inter e intrassociais ao longo do tempo, como também mudanças ao longo da vida das pessoas, por encontrar-se "inserido" em outras redes de práticas, como as de classe, etnia, idade, entre outras (POLITIS, 1999; JAMIESON, 2000; WALL, 2000).

7 Considerações finais

A arqueologia de gênero permitiu compreender que as diferenças de gênero não são um problema biológico, mas, na verdade, um problema cultural, associado a discursos ideológicos construídos ao redor delas. Fica claro, também, que nem todos os trabalhos de gênero em Arqueologia e Ciências Humanas são feministas. De acordo com Erica Hill (1998), os trabalhos feministas na Arqueologia almejam os objetivos políticos presentes, enquanto os trabalhos inspirados no feminismo exploram problemas propostos pela consciência política, mas se distanciam de seus objetivos. Da mesma maneira, é necessário lembrar que nem todos os trabalhos de gênero na Arqueologia se limitam a explorar os papéis e as identidades das mulheres no passado.

Nas últimas décadas, diversos investigadores se propuseram a explorar a diversidade das expressões de gênero de maneira ampla. Seus trabalhos tentaram demonstrar que limitar o estudo de gênero às mulheres é encarar a disciplina a partir de um novo viés (CONKEY; SPECTOR, 1984). A partir disso, alguns estudos buscaram discutir os ideais e os comportamentos vinculados à masculinidade em diferentes contextos socioculturais. Assim mesmo, outras investigações tentaram abordar aquelas expressões de identidade que ultrapassavam a matriz heterossexual. A arqueologia “*queer*” foi pioneira no estudo das posições sociais que desafiavam as normas de gênero dominantes. Levando em conta esta ideia, alguns autores concluíram que a Arqueologia “*queer*” não se limitava ao estudo da homossexualidade, considerando na verdade todos aqueles que são sexual, intelectual ou culturalmente marginalizados (DOWSON, 2000).

Em síntese, a Arqueologia de gênero implica a possibilidade de estudar a pluralidade de identidades em qualquer sociedade. Distintos enfoques reconhecem que as identidades de gênero são historicamente produzidas. Consequentemente, podem

ser modificadas com o objetivo de gerar uma organização mais igualitária e pluralista, em que se valorize o “diferente”.

Agradecimentos

Agradecemos especialmente às professoras da quarta série do Colégio San Francisco, Mireya e María Elena Altamiranda, por seu interesse e colaboração no projeto. A Pedro Funari e Margareth Rago, por seu apoio e interesse. A Walter Fagundes Morales, pelo seu convite para publicar nesta revista. Finalmente, a Flora Botelho e Juliana Campos pela revisão do português deste artigo.

NOTAS

- ¹ O machismo pode ser entendido como um conjunto de discursos e práticas que objetivam desvalorizar o feminino. Já o “sexismo” pode ser definido como uma série de prejuízos baseados nas diferenças biológicas entre os “sexos”.
- ² Nas figuras da esquerda se representa – de uma perspectiva androcêntrica – as atividades desempenhadas pelas mulheres na pré-história; nas imagens da direita, as tarefas cumpridas pelos homens.
- ³ Esta atividade foi desenvolvida com a professora da quarta série do Instituto Privado San Francisco (Cidade Autônoma de Buenos Aires), Mireya Altamiranda, dentro de um pequeno projeto para ensinar algumas ideias básicas sobre Pré-História e Arqueologia às crianças do curso.

Referências

AGOSTINI, Camila. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. **Revista de Historia Regional**, Rio de Janeiro, v.3, n. 2, p. 115-137, 1998.

ALBERTI, Benjamin. Los cuerpos en prehistoria: más allá de la división entre sexo/género. **Revista do Museu de Arqueología e Etnologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 3, p. 57-67, 1999.

_____. Faience goddesses and ivory bull-leapers: The aesthetics of sexual difference at late Bronze age Knossos. **World Archaeology**, Cambridge, vol. 33, no. 3, p. 189-205, Feb. 2002.

BARRETT, John. Fields of discourse. Reconstituting a social archaeology. **Critique of Anthropology**, New York, vol. 7, no. 3, p. 5-16, Jan.1988.

BOURDIEU, P. **La dominacion masculina**. Barcelona: Anagrama,1998.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"**. Buenos Aires DF: Paidós, 2005.

CLAASEN, Cheryl. Homophobia and women archaeologists. **World Archaeology**, Cambridge, vol. 32, no.2, p.173-179, Oct. 2000.

CONKEY, Margaret; SPECTOR, Janet. Archaeology and the study of gender. **Advances in Archaeological Method and Theory**, New York, vol. 7, p. 1-32, Mar. 1984.

DELLE, James. Gender, power, and space. Negotiating social relations under slavery on coffee plantations in Jamaica, 1790-1834. In: DELLE, James; MROZOWSKI, Stephen; PAYNTER, Robert (Ed.). **Lines that divide**. Historical archaeologies of race, class, and gender. Knoxville: The University of Tennessee Press, 2000.

DÍAZ-ANDREU, Margarita; SORENSEN, Marie Luise. Excavating women. Towards an engendered history of archaeology. In: SORENSEN, Marie Luise; DÍAZ-ANDREU, Margarita (Ed.). **Excavating women**. A history of women in European archaeology. London: Routledge, 1998 .

DOWSON, Thomas. Why queer archaeology? An introduction. **World Archaeology**, .Cambridge, vol. 32, no.2, p.161-165, Oct. 2000.

FOUCAULT, Michel. **Historia de la sexualidad**. La voluntad del saber. Buenos Aires DF: Siglo veintiuno editores, 2002. v. 1.

FUNARI, Pedro P. Arqueología e historia. Arqueología histórica mundial y de América del Sur. **Anales de Arqueología y Etnología**, Buenos Aires DF, v. 50/51, p. 109-132, 1995/1996.

_____; ZARANKIN, Andrés. Introducción. In: FUNARI, Pedro; ZARANKIN, Andrés (Ed.). **Arqueología de la represión y resistencia en América Latina** (1960-1980). Córdoba: Brujas, 2006.

GIANELLA, A. **Introducción a la epistemología y a la metodología de la ciencia**. La Plata: Universidad Nacional de la Plata, 1995.

HILL, Erica. Gender-informed archaeology: the priority of definition, the uses of analogy, and the multivariate approach. **Journal of Archaeological Method and Theory**, Dordrecht, vol. 5, no. 1, p. 99-128, Mar.1998.

JAMIESON, Ross. Doña Luisa and her two houses. In: DELLE, James; MROZOWSKI, Stephen; PAYNTER, Robert (Ed.). **Lines that divide**. Historical archaeologies of race, class, and gender. Knoxville: The University of Tennessee Press, 2000.

MESKELL, Lynn. Archaeologies of identity. In: HODDER, Ian (Ed.). **Archaeological theory today**. Cambridge: Polity Press, 2001.

POLITIS, Gustavo. La actividad infantil en la producción del registro arqueológico de cazadores-recolectores. **Revista do Museu de Arqueología e Etnología Daq Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 3, p. 263-283, 1999.

_____. On archaeological praxis, gender bias and indigenous peoples in South America. **Journal of Social Archaeology**, London, vol. 1, no. 1, p. 90-107, June 2001.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the political economy of sex. In: RETER, Rayna (Ed.). **Toward an anthropology of women**. New York: Monthly Review, 1975.

SHANKS, Michael; TILLEY, Cristopher. **Reconstructing archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SPENCER-WOOD, Suzanne. The world their household: Changing meaning of the domestic sphere in the nineteenth century. In: ALLISON, Penelope (Ed.). **The archaeology of household activities**. London: Routledge, 1999.

VOSS, Barbara. Femisims, queer theories, and the archaeological study of past sexualities. **World Archaeology**, Cambridge, vol. 32, no. 2, p. 80-192, Oct. 2000.

_____. Engendered archaeology: men, women, and others. In: HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen (Ed.). **Historical archaeology**: studies in global archaeology. London: Blackwell Publishing Inc., 2006.

WALL, Dizerega Diana. Family meals and evening parties. Constructing domesticity in nineteenth-century middle-class New York. In: DELLE, James; MROZOWSKI, Stephen; PAYNTER, Robert (Ed.) **Lines that divide**. Historical archaeologies of race, class, and gender. Knoxville: The University of Tennessee Press, 2000.

WOLF, Eric. **Europa y la gente sin historia**. Ciudad de México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1982.

WYLIE. Gender theory and the archaeological record: why is there no archaeology of gender? In: CONKEY, Margaret; GERO, Joan (Ed.). **Engendering archaeology**: women and prehistory. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

Recebido em: 22 de janeiro de 2008.

Aprovado em: 10 de junho de 2008.